

ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS,
INFRAESTRUTURA, CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Superintendência de Recursos Hídricos

PORTARIA Nº 1658/2015 - SRH

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HÍDRICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, INFRAESTRUTURA, CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III artigo 4º do capítulo III da Lei Estadual 12.603 de 07 de abril de 1.995, da Portaria SEMARH n°071 de 10/05/2012 e do que consta o Processo nº 13100/2015 - 168, RESOLVE:

Art. 1º - Outorgar, a SEVERIANO DE SOUZA MELO, CPF/CNPJ Nº: 412.254.731-87, até 04 de dezembro de 2021, o uso das águas estaduais localizado na(s) propriedade(s) FAZ.SÃO BENTO DEN. ACONCHEGO no(s) município(s) de Palminópolis, Estado de Goiás, confome abaixo relacionado:

Manancial	Córrego do Bebedouro
Coordenadas Geográficas do ponto de Captação (Datum SAD 69)	LT: -16°46'15,22"/LG: -50°11'07,65"
Tipo de uso(Atividade)	irrigação
Tipo de irrigação	Pivô Central
Características da Irrigação Área Irrigada	95,19 ha
Vazão Máxima Captada	95,48 l/s
Período de uso	1240 H/anos de abril a setembro
Situação do Uso	Em operação
Dados do Barramento Processo de requerimento de outorga do barramento	30732/2008 - 15220
Nr. portaria de outorga do barramento	422/2009
Dados do Barramento Volume Acumulado	512.701,86 m³
Finalidade	Atender a um sistema de irrigação tipo pivô central

Parágrafo Único - Todas as obras e projetos desta concessão encontram-se implantados conforme determinação da Portaria nº 1025/2009-GAB, sendo renovada por esta.

- Art. 3º Manter uma vazão mínima indicada pela Superintendência de Recursos Hídricos no manancial a jusante da barragem e cumprir todas as exigências estabelecidas na portaria de outorga.
- Art. 4º A não observância ao estabelecido neste ato, poderá caracterizar o usuário como infrator com a conseqüente aplicação das penalidades previstas em Lei.
- Art. 5º Esta Portaria poderá ser revogada, sem que caiba indenização a qualquer título, além dos casos gerais, nos seguintes casos especiais:
- I. Quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos tornarem necessárias adequações dos sistemas outorgados;
- II. Na hipótese de infringência das disposições relativas à legislação pertinente;



ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, INFRAESTRUTURA, CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS Superintendência de Recursos Hídricos

 III. Da constatação de discrepâncias entre os projetos apresentados e as os usos efetivamente implementados;

- IV. Do descumprimento das especificações desta Portaria.
- Art. 6° Esta Portaria de outorga, mantidas todas as condições expressas no respectivo ato, poderá ter sua renovação requerida com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de seu vencimento, sujeita a nova análise de viabilidade hídrica.
- Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário e resguardadas as modificações de legislações posteriores.

CUMPRA-SE.

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, INFRAESTRUTURA, CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS, em Goiânia, aos 04 dias do mês de dezembro de 2015.

Documento assinado digitalmente.

BENTO DE GODOY NETO Superintendente de Recursos Hídricos